

Trabalho infantil não dá futuro



Floriano Pesaro, sociólogo, vereador e ex-secretário municipal de Assistência e Desenvolvimento Social da Prefeitura de São Paulo.

No seminário realizado em celebração ao Dia Internacional de Combate ao Trabalho Infantil (12 de junho), cerca de 200 pessoas estiveram reunidas na Câmara Municipal de São Paulo a fim de refletir sobre os passos que precisamos dar para transformar a realidade de milhares de crianças aprisionadas pelo trabalho infantil. Nas grandes metrópoles do mundo, é possível observar a presença de pessoas morando nas ruas, mas o grau de nosso atraso pode ser evidenciado pela presença significativa de crianças em situação de rua e trabalho.

Grande parte dessas crianças, embora tenham seus vínculos familiares preservados, fazem da rua seu espaço de sobrevivência e exercem alguma forma de “trabalho”. Em certos casos, chegam a praticar atividades perigosas, penosas e insalubres,

consideradas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) como as piores formas de trabalho infantil.

No auge da era da informação e do conhecimento, é inconcebível e inaceitável essa condição. A educação é fator determinante na ampliação dos horizontes sociais e humanos das famílias e em suas possibilidades de transformação social. É evidente o antagonismo entre trabalho e estudo. A criança que gasta sua energia trabalhando não a tem para estudar. Sabemos também que as regiões com as maiores taxas de trabalho infantil respondem pelos menores alcances nos índices de desenvolvimento da Educação Básica.

Desde 1988, observam-se mudanças no paradigma cultural de proteção à infância, cujo trabalho precoce é visto como um dos agentes primordiais na manutenção do grave quadro social brasileiro, pois, sujeita a criança a esforços e riscos, forjando um amadurecimento psicológico prematuro, o que compromete seu crescimento físico e psíquico.

No entanto, essa mudança conceitual não se reflete na prática, pois o trabalho infantil não foi totalmente erradicado dos nossos costumes. Ou seja, essa cultura encontra-se arraigada em nossa sociedade, sendo necessários esforços vigorosos para combatê-la.

O Brasil presenciou o recuo da incidência do trabalho infantil, fruto

dos bons resultados do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) e da ampliação do acesso ao Ensino Fundamental. De 1995 a 2002, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE) registrou uma queda de 6,14% no trabalho infantil (de 18,7% para 12,6%).

Infelizmente, esse ritmo não se manteve estável. A análise dos primeiros dados da Pnad/IBGE, em 2007, revelou que, apesar da redução considerável nos últimos 11 anos, essa circunstância ainda “emprega” mais de 5 milhões de brasileiros. A pesquisa estimou que a proporção de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos que trabalhavam em 2002 era de 12,6%, e em 2007, de 10,6%, o que representa uma queda de apenas 1,14%, muito inferior ao período anterior, o que significa que apenas a transferência de renda não garante a erradicação dessa prática ilegal.

O País precisa investir na mudança cultural e na mobilização de esforços para que se fortaleça a educação integral como estratégia eficiente do desenvolvimento humano, sem perder tempo remediando a situação com programas paliativos, cujos efeitos são ruins e de curta duração. É importante ressaltar o poder da educação na reversão do quadro social do Brasil.

A Prefeitura de São Paulo fortaleceu o compromisso de sociedade e

empresários com a política de proteção à infância. No âmbito do *Programa São Paulo Protege*, adotou-se como estratégia de sensibilização e mobilização social a campanha *Dê Mais que Esmola. Dê Futuro* para esclarecimento da população sobre os direitos da criança e sobre o estímulo ao engajamento nas ações de erradicação do trabalho infantil nas ruas da cidade, bem como ampliar as doações ao Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (Fumcad). Além de inserir o tema na agenda, aprende-se, com essa experiência, que é fundamental o estabelecimento de parcerias governamentais e não-governamentais para a difusão dos direitos infanto-juvenis os quais fortalecem o compromisso estipulado.

Durante o seminário Desafios e Perspectivas para Erradicação do Trabalho Infantil na Cidade de São Paulo, na Câmara Municipal, **Anna Penido Monteiro**, coordenadora do UNICEF Sul/Sudeste do Brasil; **Sérgio Mindlin**, diretor-presidente da Fundação Telefônica Brasil; **Yasaku Soussumi**, vice-presidente do Instituto Rukha; e **Maria Alice Setubal**, presidente do Centro de Pesquisa para Educação e Cultura, foram unânimes ao afirmar que ações integradas que envolvam sociedade civil organizada, empresas e Estado, são o caminho para combater com eficiência o trabalho infantil.

